

INTERNACIONAL



Esta seção analisa as propostas de política externa dos cinco candidatos à Presidência do Brasil melhor situados nas pesquisas, as perspectivas de composição do novo governo sueco e a realização da terceira cúpula de chefes de Estado das duas Coreias.

A política externa dos candidatos à Presidência

As propostas de política externa são geralmente escamoteadas durante a corrida eleitoral, seja nos debates entre os candidatos, seja em seus próprios planos de governo. O máximo que se ouve publicamente durante a atual campanha presidencial diz respeito à questão da Venezuela e de maneira muito rasa, limitando-se, muitas vezes, a dizer se “tal partido” ou “tal candidato” apoiou ou não os governos chavistas. Ou seja, a política externa de fato pensada como uma política pública empreendida pelo governo não é discutida de maneira aprofundada e produtiva por vários candidatos.

Um bom projeto de política externa que esteja alinhado com os objetivos de desenvolvimento do país e com o que acontece na movimentação do cenário internacional é fundamental. Na era dos governos Lula e Dilma, a política externa projetou o Brasil internacionalmente e deu destaque ao país em muitas plataformas e encontros, ao mesmo tempo

que foi uma ferramenta importante para seu desenvolvimento. Não à toa, essa foi nomeada de “altiva e ativa”, e o então ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, foi considerado o melhor chanceler do mundo pela revista *“Foreign Affairs”*.

O plano de governo do candidato do PT, Fernando Haddad, visa reconstruir o projeto de política externa supracitado, dando continuidade e aprofundando o que já estava sendo feito com êxito mas que sofreu uma ruptura com o golpe de 2016. Assim, além de preservar as relações com as grandes potências, propõe focar nas alianças com a América Latina e com o Sul global, ambas direções fundamentadas no multilateralismo.

Para tanto, seriam necessárias medidas como a integração das cadeias produtivas regionais, o fortalecimento do Mercosul e da Unasul (União de Nações Sul-americanas), bem como da Celac (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos) - que pode ser muito favorecida com a posse

do novo presidente mexicano, López Obrador, em dezembro. O Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (Brics) e o Índia, Brasil e África do Sul (Ibas) também são apontados como agrupamentos que merecem ênfase e maior robustez.

A importância dada para o multilateralismo, o âmbito regional e para as relações com outros países do Sul mostra que, se Haddad for eleito, o país buscará, assim como no período anterior, projetar-se internacionalmente e terá maior peso no cenário externo. Porém, o programa pouco se refere à China e à iniciativa da Nova Rota da Seda, que deverá ser, nos próximos anos, um fator relevante na dinâmica internacional, tanto política quanto economicamente.

No plano de governo de Ciro Gomes, do PDT, a política externa também tem um peso considerável e, assim como no de Haddad, propõe buscar uma reanimação das relações com a região e com o Sul global. Entretanto, este não seria o seu foco, já que fala muito mais a favor de acordos comerciais e do estreitamento das relações do Brasil com os Estados Unidos, embora ressalte o óbice a relações “neocoloniais”. Isso se reflete no próprio posicionamento frente ao Mercosul, por exemplo, pois é proposto somente o aprofundamento do livre-comércio nos moldes de quando foi criado, durante o governo de Fernando Collor de Mello, sem levar em consideração que outras medidas, como as referentes à infraestrutura e às políticas sociais, poderiam ser muito benéficas para a integração regional.

Os acordos comerciais, bem como o livre-comércio, aparecem também no projeto de política externa de outro candidato, Geraldo Alckmin, do PSDB, inclusive propondo filiar o Brasil ao Tratado Transpacífico. Seu plano de governo é bem menor se comparado aos demais e, desse modo, suas propostas de política externa são extremamente rasas e curtas. Além da defesa dos acordos comerciais e revisão de aspectos da Unasul, só é proposto que o Brasil assumira suas responsabilidades com o Acordo de Paris, que versa sobre o clima, e que ele seja um país que preze pela democracia e pelos direitos humanos. Não deixa de ser irônica esta última parte, já que o PSDB foi, junto com o MDB, o partido que sustentou o golpe de 2016 e, conseqüentemente, jogou a democracia no ralo. Um ex-filiado ao partido e agora juiz do Supremo Tribunal Fede-

ral, ao comentar a decisão do Comitê de Direitos Humanos da ONU de fazer cumprir o direito do ex-presidente Lula de se candidatar, saiu-se com essa: “cada macaco no seu galho”.

Marina Silva também envereda por uma política externa com ênfase no livre-comércio e na sustentabilidade. Por um lado, propõe a adesão brasileira à Aliança do Pacífico e, por outro, menciona a obrigatoriedade de cumprir os tratados de meio ambiente, mas não menciona os acordos de Paris. Defende uma política externa “desideologizada”, seja lá o que quer dizer com isso, como se a política não seguisse a ideologia, de direita ou de esquerda, de quem governa.

Por fim, o último plano de governo e o que é, sem dúvidas, desastroso sob todos seus aspectos, é o do candidato do PSL, Jair Bolsonaro. Na sua política externa, os únicos países citados nominalmente e que seriam, em sua concepção, democracias exemplares, são Estados Unidos, Israel e Itália. Todos estes, atualmente, governados por um projeto que prega a xenofobia - em Israel o que está acontecendo é a elevação disso para o genocídio dos palestinos - e o nacionalismo irrestrito. Percebe-se, então, que para Bolsonaro democracia é aquela que exclui e, em vários casos, simplesmente elimina as posições políticas mais vulneráveis.

Extrema direita cresce na Suécia

O partido de extrema direita, Democratas Suecos, cresceu na eleição parlamentar realizada em 9 de setembro e seus líderes afirmam que se dispõem a participar de qualquer governo que venha a ser formado em troca de medidas para coibir a imigração em direção à Suécia. Este partido obteve 17,53% dos votos e elegeu 62 deputados, treze a mais do que na eleição de 2014.

O primeiro-ministro atual é o social-democrata Stefan Löfven, frente a um governo minoritário formado pelo Partido Social-Democrata em aliança com os verdes e apoio pontual no Parlamento do Partido da Esquerda que não ingressou no seu governo. Na atual eleição os social-democratas obtiveram 28,6% dos votos, o pior resultado em cem anos, e perderam treze cadeiras. Os verdes obtive-

ram 4,41% dos votos e elegeram dezesseis deputados, nove a menos do que em 2014. A esquerda, por sua vez, cresceu e alcançou 8% dos votos, elegendo 28 deputados, sete a mais do que possuía. O percentual de votos para o campo político da social-democracia, dos verdes e da esquerda foi de 40,68%, ligeiramente superior à soma dos votos do bloco conservador que, excluída a extrema direita, somou 40,26%.

Os partidos que compõem o bloco conservador são o Moderado, com 19,84% dos votos e setenta cadeiras no Parlamento, catorze a menos do que na eleição passada; o Centro, que obteve 8,6% e cresceu de 22 para 31 cadeiras; o Democrata Cristão, com 6,32% dos votos e 22 parlamentares, seis à mais e o Partido Liberal, com 5,49% e vinte deputados, um a mais do que os eleitos em 2014.

Para eleger parlamentares na Suécia, qualquer partido político necessita ultrapassar a barreira de 4% dos votos. Os Democratas Suecos, uma herança do Partido Nazista Sueco, o conseguiram pela primeira vez em 2010, e a reação dos demais partidos foi o de estabelecer um “cordão sanitário” em torno desta extrema direita para tentar impedir seu crescimento e sua influência sobre o funcionamento das instituições suecas. No entanto, sua representatividade cresceu e hoje reivindica participação no governo como já ocorre na Itália, Áustria, Noruega e outros países europeus.

O líder do Partido Moderado, Ulf Kristersson, declarou no dia da eleição que era a hora de o primeiro-ministro Löfven renunciar e permitir aos conservadores formar o novo governo, ao que ele teria respondido algo na linha de “nem à pau, Juvenal”. O processo poderá levar semanas, mas a prerrogativa de tentar formar um governo cabe em primeiro lugar aos social-democratas, pois obtiveram o maior percentual de votos. Neste caso, haveria várias hipóteses.

Uma seria repetir o governo minoritário da coali-

ção vermelha e verde com apoio da esquerda no Parlamento. Porém, há três obstáculos: a coalizão perdeu 22 parlamentares. A esquerda vai exigir mais agora do que pediu em 2014, porque cresceu, e normalmente a centro-esquerda se dispõem a fazer poucas concessões à esquerda. E, em terceiro lugar, se a oposição se unir, não passará nada do que o governo propuser no Parlamento.

A outra opção seria uma coalizão governamental da centro-esquerda com o centro e a centro-direita nos moldes alemães, ao revés, com um primeiro-ministro social-democrata e ministros conservadores em postos importantes como, por exemplo, a economia.

A ver, mas há uma certeza: em qualquer hipótese, os tempos serão duros na Suécia para os imigrantes e refugiados.

A terceira cúpula de chefes de Estado das Coreias

Com a presença do presidente da Coreia do Sul, Moon Jae-in, realizou-se a terceira Cúpula de Chefes de Estado das duas Coreias, em Pyongyang, capital da Coreia do Norte, entre os dias 18 e 20 de setembro, tendo seu presidente, Kim Jong-un, como anfitrião.

Foi aprovada e divulgada uma declaração conjunta na qual ambos os governos se comprometem a retirar as minas terrestres dos dois lados da fronteira comum, a Coreia do Norte se compromete a desmantelar seu complexo nuclear na presença de observadores internacionais, se os Estados Unidos se comprometerem com medida semelhante, e Kim Jong-un visitará a Coreia do Sul num futuro próximo.

Apesar de ser uma declaração vaga, o processo de aproximação e de discussões entre os dois governos tem sido importante com vistas a constituir um acordo de paz definitivo entre os dois países e de convivência normal entre eles, já que apenas existe um armistício estabelecido em 1953.